



MINISTÉRIO DA CULTURA

ATA

**3ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL**

CNPC

Hotel Saint Peter, Salão Alvorada
Brasília – DF
19 e 20 de agosto de 2008

1
2
3
4
5
6

MINISTÉRIO DA CULTURA
Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC

7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e oito, às nove horas e quinze minutos, no Hotel Saint Peter, localizado no Setor Hoteleiro Sul, Quadra dois, no Salão Alvorada, Brasília, DF, sob a presidência do Exmo. Ministro de Estado da Cultura, Interino, e vice-presidente do CNPC, Sr. Juca Ferreira, e com a presença dos seguintes Conselheiros: Gustavo Vidigal – Coordenador-geral do CNPC; Adriano Souza Araújo – Música Popular; Alberto Ferreira Júnior – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Alfredo Manevy – MinC; Álvaro Salmite – SESC; Amilson Godoy – Música Erudita; André Lázaro – MEC; Antônio Carlos Vieira – Museus; Antônio Menezes – Ministério das Cidades; Bruno Monteiro – Artes Visuais; Carolina J. de Campos – Ministério do Turismo; César Piva – Inclusão Social por Intermédio da Cultura; Dulce Lamego Silva – Dança; Ignácio José Kornowski – Confederação Nacional de Municípios (CNM); Fernando Rossetti – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); Francisco Auto Filho – Fórum Nacional de Secretários Estaduais; Geraldo Moraes, Guido Lemos e Mário Baibich, por indicação do Ministro de Estado da Cultura; Isabel Costa – Casa Civil; José Silvestre Gorgulho – Fórum Nacional de Secretários Estaduais; João Roberto Costa do Nascimento (Peixe) – Frente Nacional dos Prefeitos; Laura Cristina Maia – Associação Brasileira de Municípios; Luis Roberto de Oliveira – Entidades de Pesquisa; Luiz de Jesus Fidélis – Povos Indígenas; Luiz Phelipe Andrés – Patrimônio Material; Maurício Pestana – Culturas Afro-Brasileiras; Michel Etlin – Associação Nacional de Entidades Culturais; Oséas Borba Neto – Teatro; Otávio G. Cardoso Alves Velho – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Patrícia Canetti – Artes Digitais; Paula Ribeiro – Culturas Populares; Paulo Knauss – Arquivos; Paulo Ormino de Azevedo – Patrimônio Imaterial; Roberto Nascimento e Silvio Da-Rin, ambos do Ministério da Cultura; Solange Lima – Audiovisual; Victorino Chermont de Miranda – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Estavam presentes como convidados: José Antônio Pinto Ribeiro – Ministro de Estado da Cultura de Portugal; Tarso Genro – Ministro de Estado da Justiça; Silvana Meireles – Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva; Francisco Seixas Costa – Embaixador de Portugal no Brasil; Débora Maia – Assessora de Imprensa da Associação Brasileira de Municípios (ABM); Ricardo Tôrres – Chefe de Cerimonial do Ministério da Justiça; Osvaldo Viégas – Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura; Morgana Eneile – Secretaria Nacional de Cultura do Partido dos Trabalhadores (PT); Maria Cláudia Cabral –

40 Programa Mais Cultura (MinC), teve início a 3ª Reunião Ordinária do Conselho
41 Nacional de Política Cultural – CNPC, destinada a apreciar a seguinte pauta: I –
42 ABERTURA DA SESSÃO. II – PAINEL “SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA: O
43 PAINEL DA CULTURA”. III – DELIBERAÇÕES: A) Aprovação da Ata da 2ª Reunião
44 Ordinária; B) Apresentação da Ordem do Dia; C) Informações sobre as reuniões finais
45 Colegiados/Câmaras. IV – GRUPO DE TRABALHO: DECRETO Nº 5.520/2005: A)
46 Apresentação do Relatório (Composição do Plenário – Art. 12); B) Debates e
47 deliberações. V – TERMO DE PARCERIA MINISTÉRIO DA CULTURA E
48 CINEMATECA BRASILEIRA: Debates e deliberações. VI – GRUPO DE TRABALHO:
49 COLEGIADOS SETORIAIS: A) Apresentação do Relatório; B) Debates e deliberações.
50 VII – PAINEL “INCENTIVOS FISCAIS E LEI ROUANET”: Debates e deliberações. VIII
51 – PALESTRA “DIREITO AUTORAL”: Debates e deliberações. IX –
52 ENCAMINHAMENTOS, INFORMES E BREVES COMUNICAÇÕES. Verificado o
53 quorum regimental, o Exmo. Ministro de Estado da Cultura, Sr. Juca Ferreira, declarou
54 aberta a reunião, cumprimentando a todos e agradecendo a presença do Exmo.
55 Ministro de Estado da Justiça, Sr. Tarso Genro, o Exmo. Ministro da Cultura de
56 Portugal, Sr. José Antônio Pinto Ribeiro e o Exmo. Embaixador de Portugal, Sr.
57 Francisco Seixas Costa. I – ABERTURA DA SESSÃO. O Exmo. Ministro de Estado da
58 Cultura, Sr. Juca Ferreira colocou enfaticamente que a 3ª Reunião Ordinária do CNPC
59 é de relevância importância devido à parceria com o Ministério da Justiça com o
60 objetivo de integrar duas políticas públicas essenciais: Justiça e Cultura. Mencionou o
61 reconhecimento por parte das Nações Unidas, por meio da Unesco, da tecnologia
62 social desenvolvida no Brasil através da cultura pelo Mais Cultura – Programa de
63 acessibilidade do Ministério da Cultura. Comentou, ainda, a importância da relação
64 Brasil/Portugal visando a Língua Portuguesa como epicentro, tendo em vista o Acordo
65 Ortográfico aceito entre os dois países, além da importante relação entre as
66 Comunidades dos Países de Língua Portuguesa – CPLP. O Exmo. Ministro da Cultura
67 de Portugal, Sr. José Antônio Pinto Ribeiro, em breve discurso agradeceu o convite
68 para participar da reunião, e citou a importância da relação entre Estado de Direito e
69 Cultura. Foi incisivo ao colocar a Língua como instrumento essencial de liberdade,
70 justificando que a ausência de riqueza verbal é um dos fatores geradores de violência.
71 Citou um estudo inglês dos anos 60, sobre Língua e violência, que analisa e estuda a
72 riqueza verbal e a disponibilidade verbal das pessoas quando conversam. Concluiu
73 que a ausência da riqueza verbal incita normalmente a resolver os problemas de uma
74 forma mais primária, e normalmente, de uma forma mais violenta. Rememorou a
75 necessidade da união não só entre Portugal e Brasil, mas também todos os países
76 das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, devido ao espaço de

77 universalização instrumental que permite desenvolvimento de uma política de
78 irmandade, uma política de relações internacionais baseada na paz, no entendimento
79 e nos direitos humanos. O Exmo. Ministro da Cultura de Portugal enfatizou que esse
80 processo permitirá levar o Brasil e a Língua Portuguesa ao Conselho de Segurança da
81 Organização das Nações Unidas – ONU como único membro permanente, que
82 permita com que o Português seja uma Língua rica de construção em todos os
83 organismos internacionais. Cedida a palavra ao Exmo. Ministro do Estado da Justiça,
84 Sr. Tarso Genro cumprimentou a todos e fez saudações cortês aos Srs. Francisco
85 Seixas da Costa, Embaixador de Portugal, Exmo. Ministro da Cultura, José Antônio
86 Pinto Ribeiro, Alfredo Manevy, Ronaldo Teixeira e Gustavo Vidigal. Citou que o Exmo.
87 Ministro de Estado da Cultura, Sr. Juca Ferreira solicitou que a reunião fosse aberta
88 com uma exposição a respeito dos vínculos entre a ação do Ministério da Justiça em
89 torno da segurança pública e as suas relações com a cultura. Antes de iniciar a
90 explanação saudou a cultura brasileira de Portugal, e que citou o livro “Portugal, meu
91 avôzinho”, uma visão de reverência histórica ao Brasil, a matriz cultural de
92 organização territorial, de construção geoeconômica do Brasil a Portugal. Iniciando a
93 narração sobre segurança pública, informou que o problema nacional de segurança
94 pública está sendo acolhido pela Declaração de Genebra. Citou que o processo
95 constitutivo de uma situação socioeconômica e cultural está sendo considerado um
96 programa modelo de ruptura dos paradigmas de segurança pública costumeiros.
97 Mencionou ainda que pretende indicar o Programa Nacional de Segurança Pública e
98 Cidadania – PRONASCI para Organização das Nações Unidas (ONU) como o
99 programa que tem a paciência histórica de tratar a segurança de maneira totalizante, e
100 não de maneira fragmentária e puramente repressiva. Mencionou o Programa
101 Universidade para Todos – ProUni, um programa do Governo do Presidente da
102 República Luiz Inácio Lula da Silva, que aumentou em 50% a presença de alunos
103 pobres na Universidade brasileira, além do aumento nas Universidades privadas
104 devido à desapropriação do espaço privado, por negociação com as instituições
105 privadas universitárias, que oferecem vagas para alunos originárias de famílias com
106 menos de três salários mínimos. A maioria deles recebe bolsa de 80%. Citou que para
107 a realização do Programa é fundamental o apoio do Ministério da Educação, o
108 Ministério da Cultura e o Ministério do Desenvolvimento Social. Acrescentou que o
109 Programa Universidade para Todos tem um projeto de formação educacional para o
110 jovem apenado. Ainda com a palavra, o Sr. Tarso Genro relatou que o nexu político
111 externo mundial é também um projeto interno, ou seja, se internaliza uma relação
112 global mediada pelos interesses do Brasil, enquanto Nação, enquanto sociedade que
113 luta pela harmonia, que queira reduzir drasticamente as diferenças sociais, que queira

114 crescer economicamente, que queira, portanto, passar por um processo de
115 organização democrática assegurado. Colocou três elementos fundamentais nesse
116 processo: cultura, segurança e previsibilidade. Relatou que no início do Programa
117 Universidade para Todos duas críticas tentaram desativar o projeto, a primeira dizia
118 que o ProUni iria rebaixar o nível de ensino; e a segunda, que iria causar uma guerra
119 racial e suscitar o preconceito racial no País por se deparar com a já imposta regra
120 das cotas universitárias. Ambas as críticas foram infundadas e o projeto de
121 desenvolveu. O Sr. Juca Ferreira agradeceu a explanação e evidenciou a importância
122 do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC aceitar a sugestão da integração
123 cultura e política de segurança no Brasil. A Sra. Solange Lima (Audiovisual) pediu a
124 palavra e colocou a importância que foi o Ministério da Cultura ao longo do seis anos
125 de existência na questão da inclusão social, pois representa todos os segmentos, o
126 que faz construir uma cultura mais justa no Brasil. Lamentou a saída do Exmo. Sr.
127 Ministro Gilberto Gil que em sua opinião, em parceria com o Exmo. Ministro Juca
128 Ferreira, realizou um excelente trabalho para o País e colocou a preocupação com a
129 continuidade dos trabalhos. Comentou que o Audiovisual pratica a Justiça, porque os
130 pontos de cultura instalados em todo o País são pontos de inserção. É um ponto onde
131 os estados que estavam fora do mapa do País, na área de cultura, passaram a ser
132 inseridos novamente. É onde está sendo resgatada a cidadania. O Sr. Gustavo Vidigal
133 (MinC) solicitou que os Srs. Conselheiros fossem breves em suas intervenções para
134 dar oportunidade aos demais e também de anunciou que devido à agenda cheia os
135 ministros teriam que se retirar da sala de reuniões em breve. O Sr. Amilson Godoy
136 (Música Erudita) confirmou que a Língua Portuguesa está encontrando espaço em
137 outros países e comunicou que na semana seguinte estará na Argentina, a convite da
138 Embaixada do Brasil, se apresentando para a primeira turma de formandos em Língua
139 Portuguesa, constituída de jovens que aprenderam o Português atraídos pelo
140 interesse que tinham em entender a poesia da música brasileira. Fazendo o uso da
141 palavra, o Sr. Paulo Knauss (Arquivos) sublinhou a importância de se pensar a cultura
142 como um campo de preservação do patrimônio. Além de colocar a necessidade de se
143 valorizar os arquivos nesse campo, e, sobretudo no que se refere à Justiça.
144 Normalmente, o arquivo é pensado no senso comum, como centro cultural que
145 interessa à pesquisa acadêmica. Destacou que na realidade a principal clientela dos
146 arquivos são os cidadãos comuns em busca dos seus direitos e, por isso, precisam do
147 apoio da pesquisa probatória que só os arquivos oferecem. O Sr. Gustavo Vidigal,
148 Coordenador da 3ª Reunião Ordinária do CNPC teve que interromper as intervenções
149 devido à necessidade de os ministros se ausentarem. Com a palavra, o Sr. Luis
150 Roberto de Oliveira (Entidades e Pesquisa) agradeceu a presença dos Ministros da

151 Cultura e da Justiça além de demonstrar grande satisfação com a apresentação do Sr.
152 Tarso Genro tendo em vista a compreensão das implicações sociais da cultura e do
153 desenvolvimento cultural. Rememorou que na metade do século passado, o Brasil
154 teve uma das maiores taxas de desenvolvimento econômico do mundo, mas teve um
155 custo social e ambiental enorme. No entanto, a grande diferença, com esse ciclo de
156 desenvolvimento que se inicia no Brasil na última década, e intensificada no Governo
157 atual, é a busca de incorporar todos os brasileiros no desenvolvimento, tanto na
158 participação da produção desse desenvolvimento como quanto no desfrute dos
159 benefícios. Destacou também que o País está vivendo um momento de construção de
160 uma responsabilidade do Estado diante da cultura brasileira, em que saímos de um
161 paradigma de que o Estado não deveria se aproximar da cultura, que inevitavelmente
162 seria uma relação perversa, para uma relação democrática de respeito, de estímulo,
163 de regulação, ou seja, as funções inalienáveis do Estado estão se desenhando neste
164 momento. Mencionou o Programa Cultura Viva, que tem difundido os pontos de cultura
165 pelo Brasil. No entanto, focalizou a intervenção na questão da política, na abordagem
166 e na presença positiva do Estado junto às comunidades, junto a estes territórios, que
167 eufemisticamente, neste momento do Brasil, a gente considera que são informais,
168 porque não são assimilados, não fazem parte da sociedade formal, ela não pode
169 conviver com a ação repressiva, violenta e irracional do Estado nessas comunidades.
170 Para finalizar, presenteou os Exmos. Ministro de Estado da Justiça, Sr. Tarso Genro e
171 o Exmo. Ministro da Cultura de Portugal, Sr. José Antônio Pinto Ribeiro com uma
172 coletânea organizada com vários estudos produzidos nas Universidades brasileiras. A
173 coletânea é uma abordagem cultural do fenômeno da Droga e a possibilidade de
174 enriquecimento dessa relação do Estado com o fenômeno que não seja só através do
175 sistema repressivo. Pediu a palavra o Sr. Tarso Genro e concordou com o Sr. Luis
176 Roberto de Oliveira (Entidades e Pesquisa) da dificuldade em se criar instituições onde
177 o princípio da igualdade formal funcione. Colocou que em sua opinião, as políticas
178 afirmativas só se justificam quando há disfuncionalidade do Estado e das políticas
179 públicas. O Exmo. Ministro de Estado da Cultura, Sr. Juca Ferreira anunciou a sua
180 retirada do recinto e convidou o Sr. Alfredo Manevy, Secretário de Políticas Culturais
181 do Ministério da Cultura, para ocupar o seu assento e coordenar os trabalhos.
182 Agradeceu mais uma vez a oportunidade de participar da reunião, o Sr. José Antônio
183 Pinto Ribeiro e explicou que em Portugal, não há nenhum tratamento jurídico que
184 favoreça que as pessoas entreguem os seus acervos artísticos ao Estado. O Sr.
185 Gustavo Vidigal (MinC) abordou o próximo item de pauta, solicitando ao Sr. Ronaldo
186 Teixeira, Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, o relato da matéria. II – PAINEL
187 “SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA: O PAPEL DA CULTURA”. Com a palavra, o

188 Sr. Ronaldo Teixeira (MJ) iniciou a apresentação do Programa Nacional de Segurança
189 e Cidadania – PRONASCI no seu estágio de execução, e não focou só no aspecto
190 conceitual. Citou que foi a partir do Grupo de Trabalho heterogêneo composto por
191 professores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, estudiosos e também
192 policiais e educadores que se viabilizou o conceito do Pronasci. E esse conceito é a
193 substituição de um "ou" por um "e", que é unir a visão do cidadão com a visão dos
194 estudiosos. Colocou como aspecto inovador o fato de hoje a União, os estados e os
195 municípios estarem em uma relação conjunta e mobilizados para resolver a questão
196 da violência e da criminalidade no País, além de ser um Programa que começa
197 Federal e se torna, na sua realização, federativo. E, portanto, a gestão é um desafio.
198 Daí o princípio da horizontalidade, defendido pelo Ministro não só na gestão interna do
199 Ministério da Justiça, mas na relação com os 14 ministérios parceiros do Pronasci, e a
200 partir disso, a relação com os estados e com os municípios. No dia 20 de agosto de
201 2007, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva apresentou o Pronasci ao
202 País. Informou que o Programa é formado por 94 projetos e ações: ações estruturais e
203 programas locais. Citou que hoje são 81 cidades conveniadas ao Programa Nacional
204 de Segurança Pública e Cidadania, as mais violentas do Brasil, nas regiões
205 metropolitanas, 73, por lei municipal, já votada na Câmara Municipal, ou por decreto.
206 As 73 já têm o Gabinete de Gestão Integrada – GGIN e 55 receberam recursos para
207 instalarem um pequeno centro de inteligência, tendo em vista que o objetivo é mais
208 inteligência e menos força. Essas cidades do Pronasci serão vídeo monitoradas, com
209 uma sala de situação, onde fica o GGIN, com as forças policiais civis, militares,
210 coordenadas com ações e secretarias que o prefeito julgar pertinente participarem do
211 GGI e também a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Na continuação,
212 mencionou uma interação muito forte com a Educação e com a Cultura por meio da
213 RENAESP – Rede Nacional de Autos Estudos em Segurança Pública. Afirmou um
214 dado fundamental: atualmente são mais de 260 mil policiais estudando no País. E,
215 além disto, esses policiais recebem uma bolsa de R\$400 para estudarem.
216 Dependendo do curso, o policial pode optar por uma educação a distância, e os cursos
217 variam entre Graduação, Especialização ou Mestrado em Segurança Pública. A
218 seguir, citou que houve uma integração do Ministério da Justiça com o Departamento
219 Penitenciário Nacional – DEPEN para a criação de estabelecimentos penais especiais
220 para jovens, que terão espaço de cultura, educação, além de professores capacitados
221 pelo Ministério da Educação – MEC. Informou que sete estados já responderam
222 positivamente, com documentos, com disponibilidade de terrenos, e já receberam
223 R\$104.700 milhões de reais para a construção desses novos estabelecimentos
224 penais. Ao falar do Plano Comunitário, destacou as Mulheres da Paz,

225 preferencialmente chamadas pelo Presidente da República, Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula
226 da Silva e pelo Ministro de Estado da Justiça, Sr. Tarso Genro, de Mães da Paz. São
227 Mulheres lideranças, identificadas na comunidade com o objetivo de identificar as
228 famílias em risco, mobilizando conselheiros tutelares. São 176 mil conselheiros
229 tutelares no País. As Mulheres da Paz recebem uma bolsa de R\$190 e também
230 participam de um curso de formação em direitos, analogamente ao Promotor Legal
231 Popular, que é exitoso e é uma iniciativa da sociedade. Os jovens em situação de risco
232 são encaminhados para o PROTEJO, que é o Projeto para Jovens em Território em
233 Coerção Social, e lá receberá uma bolsa de R\$100 e será envolvido em projetos
234 educacionais e culturais. Informou que no mês de outubro de 2008 será a formatura da
235 primeira turma das Mulheres da Paz. Mencionou três projetos do Ministério da
236 Educação ligados ao Pronasci: Brasil Alfabetizado, PROEJA (Programa de Apoio ao
237 Ensino e a Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à
238 Educação de Jovens e Adultos) e Formação de Educadores. O Sr. Ronaldo Teixeira
239 (MJ) informou que são 284 Pontos de Cultura articulados pelo Ministério da Justiça.
240 Existe ainda a expectativa de construção de bibliotecas multiuso. E assim, o Pronasci,
241 que é um conjunto de ações que mobilizadas em direção às áreas conflagradas,
242 poderão verdadeiramente mudar o paradigma. Finalizou a apresentação apresentando
243 em slide uma ambiência Pronasci por simulação. Passada a palavra aos presentes, o
244 Sr. Geraldo Moraes (CBDC) colocou duas observações, a primeira é que
245 recentemente havia sido convidado pelo Ministério da Cultura para estar presente
246 como membro do CNPC no Seminário Nacional de Segurança Pública, realizado no
247 Congresso Nacional. E uma coisa que o impressionou muito além do fato de ter sido
248 chamado para uma reunião de segurança pública, que não é muito comum, foi o fato
249 de que foi enfatizado o interesse do Ministério da Justiça e dos participantes do
250 Seminário em relação à participação da sociedade civil. A integração com as
251 Instituições e com as organizações da sociedade civil pareceu bastante salutar pelo
252 fato de as pessoas terem noção da segurança pública como uma coisa muito fechada
253 e especializada, o qual tem um histórico que não é muito positivo. O Outro ponto foi o
254 documentário feito em São Paulo sobre populações que vivem em áreas de risco. E
255 sobre experiências comunitárias, mais diretamente ligadas à área da cultura. Narrou
256 que foram entrevistadas mais de 50 pessoas para o filme. E elas levaram três líderes
257 comunitários para identificarem as pessoas para depois colocarem nas legendas.
258 Enfatizou que o que chamou atenção foi o histórico dos entrevistados, somente dois
259 ou três não tinham nada a ver com aquilo, os demais tinham um histórico penal, de
260 condenações ou então de marginalidade total. Pediu a palavra o Sr. César Piva
261 (Inclusão Social por Intermédio da Cultura) da Fábrica do Futuro, uma escola-fábrica

262 com experiência de Cultura e Cidadania entre jovens. E ao mencionar a situação de
263 jovens ex-detentos que procuram nas ONGs possibilidade de vida se emocionou e
264 teve que interromper a intervenção. Fazendo o uso da palavra, a Sra. Dulce Lamego
265 (Dança) informou sobre um fato desagradável ocorrido pela manhã na Universidade
266 Federal da Bahia, no Campus de Ondina, sobre uma aluna sofreu abuso sexual, o que
267 causou comoção aos membros da CNPC. Explanou sobre a importância do novo
268 paradigma da segurança pública e da preocupação do Estado e as novas estratégias.
269 Comentou que existe um Projeto muito importante, que é o Convênio com o Ministério
270 da Educação, com a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública. O
271 projeto trabalha com adolescentes que sofreram abuso sexual que trabalham a
272 recuperação física e emocional com a dança do ventre. Isso é muito interessante
273 porque o trabalho tem tido um resultado enorme e a questão de ser uma dança com
274 aspecto de sensualidade muito grande serve como um desenvolvimento da
275 integralidade do corpo, inclusive da auto-estima dessa inteireza do corpo. Retomou a
276 palavra o Sr. Cesar Piva (Inclusão Social por Intermédio da Cultura) e finalizou
277 mencionando que os jovens procuram as ONGs porque não têm mais família e se
278 voltarem para a comunidade podem ser mortos, e que a única opção de vida deles é
279 ser acolhido pelo Projeto. E o Projeto se vê em algumas vezes em uma situação
280 extremamente complicada, pois cria uma expectativa falsa no jovem de virar artista, de
281 ter uma opção de trabalho, de ter uma condição que o Projeto não pode sustentar.
282 Isso foi remodelado, foi requalificado, e foi pensado como uma ação mais integradora,
283 que junta educação, formação, saúde, segurança, cidadania, e que gera outras
284 expectativas e perspectivas. No entanto, as ações que deram melhores resultados
285 foram as que produziram ocupação e oportunidade de trabalho efetivo. Pediu a
286 palavra, o Sr. Bruno Monteiro (Artes Visuais) afirmou que há dois anos tem um
287 Programa de Cultura, que surgiu de um Programa de bem-estar, e que tem essa
288 vocação a partir de um Programa já bem estabelecido, que é o Programa Criança
289 Cidadã. Então a idéia é que a Instituição esteja mais próxima, e mais atuante diante
290 desse Programa, que tem hoje uma orquestra muito bem-sucedida e regida pelo
291 maestro Cussy de Almeida. O Sr. Ignácio José Kornowski (CNM) enfatizou que foi ao
292 CNPC com uma missão: trabalhar junto aos municípios a cultura. Rememorou que
293 para a cultura as verbas ainda são escassas mesmo com toda a importância que tem
294 da inclusão social. Foi incisivo ao questionar ao representante do Ministério da Justiça
295 a respeito da sustentabilidade do Programa Nacional de Segurança Pública e
296 Cidadania e qual é a estimativa de tempo que ele se sustentará e seguirá a ser
297 exeqüível com seus planejamentos e principalmente com sua praticidade, que é o que
298 interessa, tendo em vista que o Pronasci tem que ir à comunidade resolver os

299 problemas. Após observar as considerações feitas, o Sr. Ronaldo Teixeira (MJ)
300 primeiramente solicitou ao Sr. Geraldo Moraes (CBDC) o documentário do qual ele
301 havia comentado para colocar à disposição no Gabinete do Exmo. Ministro de Estado
302 da Justiça, Sr. Tarso Genro, pois poderá ajudar na compreensão da relação direta
303 com comunidade próxima à área deflagrada. Fazendo um paralelo das ações
304 realizadas pelas ONGs e o Pronasci defendeu que o Programa é uma ação mais
305 integrada que interage Cultura e Educação. Concordou com a Sra. Dulce Lamego
306 (Dança) o mérito em potencializar um Projeto positivo e investir recursos, além da
307 importância da união cultura, educação e sociedade civil organizada. Esclareceu ao
308 Sr. Bruno Monteiro (Artes Visuais) que o Poder Judiciário está integrado totalmente, o
309 Ministério Público tem iniciativas conjuntas, a mediação de conflitos que está por
310 dentro do Núcleo de Justiça Comunitária não é feita pelo Município, nem pela
311 Prefeitura, nem pelo Estado, são Tribunais de Justiça, Poder Judiciário ou
312 Defensorias. O Sr. César Piva (Inclusão Social por Intermédio da Cultura) perguntou
313 se há algum documento que compactue com a posição citada pelo representante do
314 Ministério da Justiça. Sendo imediatamente esclarecido pelo Sr. Ronaldo Teixeira (MJ)
315 que existe convênio, incluindo várias secretarias, principalmente a Secretaria de
316 Reforma do Judiciário que tem a contribuição, o Núcleo Judiciário Comunitário dentro
317 do Pronasci. Elucidou também que a sustentabilidade do Pronasci se vai dar na
318 capacidade de transição que tivermos, para deixar o Pronasci ser um Programa do
319 Governo Lula e passar a ser um Programa de Estado. Se isso for possível nos
320 próximos quatro anos, o Pronasci fica para sempre. Essa sustentabilidade se dará no
321 tempo. Para iniciar, existe o recurso de R\$ 6.700 bilhões para investimento específico,
322 sem contar o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário Nacional.
323 Portanto, nos próximos quatro anos, o Brasil dispõe por autorização do Presidente
324 Luiz Inácio Lula da Silva de aproximadamente R\$10 bilhões para reverter o quadro de
325 segurança pública e criminalidade do País. Em seguida, o Sr. Guido Lemos sugeriu
326 que o Ministério da Justiça procurasse o Ministério da Ciência e Tecnologia no sentido
327 de elaborar editais com o foco de desenvolvimento de soluções para segurança
328 pública para tentar estruturar, pois seriam interessantes redes de tecnologias em
329 segurança pública, que tem vários problemas. Seria uma ação complementar para
330 desenvolver pesquisas nessa área específica. O Sr. Alberto Ferreira Júnior (ANDIFES)
331 colocou duas observações, a primeira, que certamente a participação da universidade
332 não precisa ser, sobretudo as públicas, apenas em ministrar cursos, mas certamente
333 as universidades estão envolvidas com o Ministério da Educação do Brasil
334 Alfabetizado e da Educação de Jovens e Adultos. As universidades já são parceiras,
335 mas existe tanto como a questão da pesquisa, a questão da extensão universitária,

336 que tem ação bastante forte com essas populações que estão sendo contempladas
337 com o Pronasci. A segunda, relatou um projeto de extensão realizado em São João
338 Del Rei com uma população de afro-descendentes de uma comunidade pobre. O objetivo
339 do programa era elevar a auto-estima da população. No entanto, a equipe se
340 surpreendeu ao perceber que a comunidade não tinha problema nenhum de auto-
341 estima. Eles mesmos se fotografavam e fotografavam o lugar onde moravam, em um
342 projeto que visava à fotografia. Achavam tudo ótimo. Tinham consciência que faltavam
343 certas condições, como educação, por exemplo, mas se sentiam orgulhosos de quem
344 eles eram e falaram que o problema deles era com a cidade, que não conseguia vê-los
345 como eles se viam. Então o cerne da questão é que muitas vezes o problema não se
346 restringe a como a comunidade se vê, como a pessoa se valoriza, o grupo se valoriza.
347 Mas o resto que está em volta cria certa mitificação negativa em torno daquilo, que
348 também precisa ser trabalhado. Com a palavra, o Sr. Amilson Godoy (Música Erudita)
349 questionou como as sugestões apontadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural
350 seriam conduzidas. E propôs que fossem encaminhadas ao Gabinete do Ministro da
351 Justiça para serem referendadas e em seguida ser encaminhado como sugestão. Na
352 intervenção, o Sr. Luiz de Jesus Fidélis (Povos Indígenas) destacou que hoje,
353 diferentemente de antes quando o índio era visto como coitadinho, através da arte e
354 do valor cultural os povos indígenas conseguiram mobilizar outras pessoas e
355 passarem uma mensagem com muito mais eficácia a respeito dessa cultura.
356 Questionou o que já foi investido desde o primeiro mandato do Presidente da
357 República Luiz Inácio Lula da Silva, como foi investido e a perspectiva de
358 continuidade. Concordando com o Sr. César Piva (Inclusão Social por Intermédio da
359 Cultura) o Sr. Oséas Borba Neto (Teatro) relatou que em Pernambuco na maioria das
360 vezes os jovens que normalmente participam de um Projeto, encontram ali a sua
361 segunda casa. Pediu a palavra o Sr. Antônio Carlos Vieira (Museus) comentou sobre o
362 Museu da Maré, no Rio de Janeiro, que hoje tem uma série de ações dentro da
363 comunidade, que dentro de uma realidade tão fragmentada cumpre um papel
364 importante de estabelecer diálogo. E na verdade o museu fez um levantamento, e são
365 16.000 mil visitas e as quatro comunidades que mais visitaram o museu são
366 justamente as que participam de facções diferentes, em áreas de diferentes conflitos.
367 Citou que existem mais 12 museus comunitários que estão sendo propostos. Eles
368 surgiram da experiência que foi desenvolvida na comunidade da Maré. Comunicou
369 que o museu não tem recurso nenhum, funciona precariamente com o trabalho
370 voluntário da comunidade, que tem uma relação afetiva de memória com aquele
371 espaço. O Sr. João Roberto da Costa Nascimento (Frente Nacional de Prefeitos)
372 colocou que a questão da transversalidade da cultura coloca algo fundamental: o

373 papel da cultura como protagonista central. No entanto, enfatizou a preocupação na
374 forma como é vista a cultura, pois há uma visão tradicional da cultura no aspecto
375 lúdico, simbólico e focado no lazer. Foi incisivo ao afirmar que esse quadro mudou, o
376 jovem não pensa a cultura apenas no aspecto de lazer, mas como viabilidade do ponto
377 de vista econômico, do ponto de vista de sustentabilidade. Rememorou que o
378 Ministério da Cultura tem pautado a questão da visão, da dimensão cultural em três
379 dimensões: simbólica, cidadã e econômica. O Sr. Luis Roberto de Oliveira (Entidades
380 e Pesquisa) esclareceu que a intervenção anterior, a rigor, havia sido no plano das
381 práticas. Havia sugerido ao Ministro da Justiça que fosse incorporado ao Programa
382 Nacional de Segurança Pública e Cidadania políticas que estimulassem práticas de
383 civilidade democrática que seria o tratamento igualitário cívico. Cedida a palavra ao Sr.
384 Paulo Ormino de Azevedo (Patrimônio Imaterial) chamo a atenção para o seguinte: o
385 Programa explora bastante uma série de relações sociais, no entanto deve se
386 preocupar com a dimensão espacial para se ter noção da extensão da criminalidade
387 organizada. A seguir, o Sr. Otávio Cardoso Alves Velho (SBPC) relatou que além da
388 transversalidade da cultura existe também uma transversalidade da questão da
389 segurança pública. E informou que o Ministério da Cultura e Tecnologia lançou um
390 programa, chamado Programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, cuja
391 finalidade é criar Institutos Nacionais em temas científicos e tecnológicos e nas áreas
392 sociais um dos temas é segurança pública. Em sua intervenção, o Sr. Victorino
393 Chermont (IHGB) secundou a intervenção feita pelo Sr. Paulo Ormino (Patrimônio
394 Imaterial) no início da discussão, no sentido de distinguir as atividades de patrimônio
395 histórico da preservação de memória, porque isso é fundamental também para os
396 institutos históricos de todo o País, que vivem à míngua de recursos, e precisam ter a
397 especificidade de sua atuação reconhecida em lei para se poderem valer dos
398 financiamentos públicos para seus programas de preservação da memória racional. A
399 Sra. Solange Lima (Audiovisual) registrou a insatisfação com o fato ocorrido no início
400 do debate em que teve que se retirar sem ouvir as intervenções dos Srs. Conselheiros
401 que seria direcionada a ele. Afirmou que em seguida os Srs. Conselheiros se calaram
402 em protesto. Informou que o site do Conselho Nacional de Política Cultural foi
403 implantado para melhorar a interatividade entre os conselheiros, e a comunicação com
404 a sociedade. Insistiu no uso da Internet e na discussão via Internet. A Sra. Maria
405 Cláudia Cabral (MinC) fez três colocações. A primeira, um esclarecimento com relação
406 aos Pontos de Cultura. Mencionou que entrou em contato com a Secretaria de
407 Programa e Projetos Culturais, com o responsável pelo Projeto Cultura Viva. E a
408 recomendação é que a gente verifique especificamente o que está acontecendo, e
409 verifique documentação e gerenciamento. O segundo ponto, a título de

410 esclarecimento, rememorou que o edital proposto anteriormente gera expectativas de
411 direitos, apenas. Quando se é selecionado não necessariamente gera uma obrigação
412 para o Estado. E para finalizar, discursou sobre a relação do Programa Mais Cultura
413 com o Pronasci. Destacando que é um enorme desafio que do Governo tem de unir
414 Cultura e Justiça, ao inovar uma relação de segurança pública com cidadania,
415 superando um abismo cultural que existe entre os operadores do direito, da Justiça e
416 da segurança pública e o mundo da cultura. Na continuação, o Sr. Fernando Rossetti
417 (GIFE) chamou a atenção que as discussões no Brasil sobre incentivos fiscais são
418 interministeriais E colocou que os incentivos fiscais e restrições tributárias são
419 instrumentos importantes que o Estado tem de envolvimento da sociedade civil. E
420 afirmou ainda que atualmente no Brasil tem um movimento do Estado Federal, de
421 revisão de vários incentivos fiscais e isenções tributárias no Conselho Nacional de
422 Assistência Social (CNAS), que está dividindo os incentivos de assistência entre os
423 ministérios e o CONANDA – Conselho Nacional de Direitos da Criança e do
424 Adolescente, e estão rediscutindo o Fundo de Criança e Adolescência. O Sr. Alfredo
425 Manevy (MinC) foi categórico ao afirmar que a discussão que seguiu foi histórica,
426 inédita certamente, na história das políticas públicas culturais, nas políticas de
427 segurança pública, apresentar para um conselho cultural recém instalado, como o
428 CNPC, a discussão de uma agenda de um País que já nasce de sua formulação
429 integrada com o conceito de política cultural, uma percepção do papel da cultura na
430 agenda social do País. Relembrou a importância de a Justiça ter um assento
431 permanente no Conselho Nacional de Política Cultural e propôs para o Grupo de
432 Trabalho que redija um decreto, uma nova versão, que incorpore o Ministério da
433 Justiça. Manifestou-se o Sr. Ronaldo Teixeira (MJ) em agradecimento à
434 disponibilidade do Conselho em ter o Ministério da Justiça com um assento.
435 Respondendo ao questionamento o Sr. Guido Lemos, concordou que o Ministério da
436 Ciência e Tecnologia pode ser um parceiro. Consentiu plenamente na busca de
437 soluções para a segurança pública e informou que a Fundação Getúlio Vargas (FGV)
438 foi contratada pelo Ministério da Justiça para monitorar e avaliar todo o processo do
439 Pronasci, desde a elaboração do projeto, sua aprovação e até a sua consecução. E
440 ainda, que os professores da FGV propuseram a idéia da criação de um Prêmio da
441 Polícia Comunitária Cidadã, que se daria a partir de estudos, de pesquisas, que
442 pudessem ser promovidas em conjunto com a Fundação Carlos Chagas. Esclareceu
443 ao Sr. Amilson Godoy (Música Erudita) a importância dos projetos serem
444 apresentados e tramitarem no Ministério da Cultura e encaminhados ao Ministério da
445 Justiça, ou diretamente ao Pronasci. Respondendo ao Sr. Luiz de Jesus Fidélis (Povos
446 Indígenas) disse que o Ministério da Justiça tem a Fundação Nacional do Índio –

447 FUNAI sob sua responsabilidade. E o Ministro determinou que a Funai se integrasse
448 imediatamente ao Pronasci, formulando políticas específicas na questão indígena.
449 Compactuou com o Sr. Oséas Borba Neto (Teatro) quanto às ações já desenvolvidas
450 nos sistemas prisionais, no que se diz respeito ao teatro. Relembrou o Projeto Teatro
451 do Oprimido, com a presença do Augusto Boal na coordenação. Ao Sr. João Roberto
452 Nascimento (Entidades e Pesquisas) em resposta ao questionamento que a visão do
453 Pronasci é só de sensibilização pela cultura, citou que tem um projeto extraordinário
454 aprovado pelo Pronasci que irá potencializar um trabalho da mão-de-obra que não há
455 atualmente para a indústria cinematográfica do Brasil, que é o profissional do history
456 board. Reiterou ao Sr. Luiz Roberto a posição do Ministro da Justiça, que o Programa
457 é construído em cima do princípio da igualdade formal, é um princípio revolucionário
458 da democracia moderna e contemporânea. Fez breve comentário em relação às
459 colocações das Sras. Solange Lima e Maria Cláudia Cabral. Quanto às questões dos
460 incentivos fiscais colocadas pelo Sr. Fernando Rossetti (GIFE) disse ser importante se
461 resolver isso dentro da reforma tributária e que seria oportuno o contato com o
462 Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. Às treze horas e trinta
463 minutos foi feita uma pausa de uma hora para o almoço. Retomou os trabalhos, o Sr.
464 Gustavo Vidigal, Coordenado-geral do Conselho Nacional de Política Cultural, dando
465 alguns informes. Comunicou sobre o Programa de Formação para Conselheiros
466 Nacionais de Políticas Culturais que será realizado pela Secretaria Geral da
467 Presidência. Relembrou que houve um primeiro curso, que esgotou, no entanto as
468 inscrições para o novo curso foram abertas. Serão realizadas do dia 18 até o dia 22 de
469 agosto pelo site www.ufmg.br/conselheirosnacionais. No site o conselheiro se cadastra
470 e faz o curso virtual que é oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais –
471 UFMG em parceria com a Secretaria Geral da Presidência. O Sr. Alfredo Manevy
472 (MinC) abordou o próximo item de pauta que diz respeito às várias ações do Programa
473 Mais Cultura ligadas à questão do audiovisual, dos pontos digitais, de difusão digital e
474 o papel da Cinemateca nesse processo. Enfatizou ser uma parceria importantíssima
475 para execução e celeridade do Programa. Solicitou ao Sr. Silvio Da-Rin, Secretário
476 Executivo do Ministério da Cultura, o relato da matéria. V – TERMO DE PARCERIA
477 MINC E CINEMATECA BRASILEIRA. O Sr. Silvio Da-Rin (MinC) afirmou que o Termo
478 de Parceria que será objeto de análise dos Srs. Conselheiros se baseia em um acordo
479 de cooperação técnica que o Ministério da Cultura firmou com a Sociedade de Amigos
480 da Cinemateca – SAC, que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse
481 Público – OSCIP. O Termo de Parceria engloba três grandes ações, distribuídas em
482 três planos de trabalho, com execução prevista para os próximos dois meses. Trata-se
483 de ações de implementação da parte do Programa Mais Cultura, que se relacionam

484 com atividades audiovisuais, basicamente duas vertentes, que são o fomento, a
485 produção de conteúdo pra difusão na televisão pública, e a implementação de um
486 número bem maior, em escala, de pontos de difusão digital. Informou que o Programa
487 foi criado pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, em 2005. A segunda
488 linha de ação é o Programa Olhar Brasil, também criado pela Secretaria do
489 Audiovisual, que foi responsável até o momento pelo empacotamento de 330 títulos e
490 a nossa meta até o final de 2010 é chegarmos a um total de 1.000 títulos. O terceiro e
491 último plano de ação consiste no Programa de Preservação e Difusão de Acervos
492 Audiovisuais, que vem sendo implementado pela Cinemateca brasileira e consiste em
493 ações de preservação, também de catalogação vinculados ao Centro de
494 Documentação e Pesquisa da Cinemateca Brasileira, principalmente a base de dados.
495 E tem também em comum uma das suas linhas de atuação um Programa de difusão
496 de filmes que engloba empréstimo de materiais, atendimentos a pesquisadores,
497 produtores de filmes que demandam materiais pré-existentes para incorporação de
498 suas obras e as atividades do Núcleo de Programação da Cinemateca Brasileira. O Sr.
499 Francisco Auto Filho (Fórum Nacional de Secretários Estaduais) reivindicou que o
500 CNPC não pode fazer nenhuma análise desse Termo de Parceria sem o Plano de
501 Trabalho, além do que o juízo de valor do Conselho não é sobre a formalidade legal ou
502 não do Termo, mas sobre o Plano de Trabalho. O Sr. Gustavo Vidigal (MinC)
503 concordou com o conselheiro e comunicou que será providenciado o Plano e
504 Trabalho. III – DELIBERAÇÕES: A) Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária. A
505 apreciação da Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural
506 foi transferida para o final da reunião pelo fato de alguns conselheiros não terem feito
507 a leitura da respectiva e se julgarem incapazes para a votação. O Sr. Gustavo Vidigal
508 (MinC) informou que devido a sua extensão ela foi publicada no site do Ministério da
509 Cultura. VI – GRUPO DE TRABALHO: COLEGIADOS SETORIAIS. A) Apresentação
510 do relatório. B) Debates e deliberações. Fazendo o uso da palavra, o Sr. Gustavo
511 Vidigal (MinC) informou que foi assinado um requerimento por quinze membros do
512 Conselho solicitando a retirada de pauta postergando o tema para a 4ª Reunião
513 Ordinária do CNPC. O Sr. Oséas Borba Neto (Teatro), um dos Conselheiros que
514 assinou o requerimento, esclareceu que o documento cita que o assunto só seja
515 colocado em pauta depois de discutido nas câmaras setoriais. Com a palavra, o Sr.
516 Antônio Carlos Vieira (Museus) rememorou que o relatório está pendente desde a
517 reunião ocorrida no dia 29 de abril de 2008, ocasião na qual foram feitas propostas de
518 alterações e supressões pouco significativas havendo um consenso com exceção da
519 mudança proposta para o artigo 10, inciso dois. No entanto, não houve consenso em
520 relação à composição dos colegiados. O Sr. Oséas Borba Neto (Teatro) por uma

521 questão de explicação para os Srs. Conselheiros, inclusive para os que estão
522 chegando hoje, afirmou que há cinco câmaras setoriais, só que cada uma com uma
523 composição bem distinta, de acordo com a sua natureza e que a idéia das propostas é
524 chegar a um denominador comum. O Sr. Gustavo Vidigal (MinC) comunicou que
525 haverá reunião das câmaras setoriais e do colegiado em Brasília entre os dias 13 e 17
526 de outubro de 2008. Pediu a palavra a Sra. Dulce Lamego Silva (Dança) para expor
527 aos conselheiros o significativo avanço da Dança no Brasil nos dois anos de
528 participação na Câmara Setorial e citou a sua indicação como representante do CNPC
529 pela Câmara Setorial de Dança. Colocou que em sua opinião, concordando com o
530 requerimento, só deveria alterar de câmara setorial para colegiado depois de uma
531 análise feita pelas câmaras setoriais. Em breve intervenção, a Sra. Patrícia Canetti
532 (Artes Digitais) questionou se o Grupo de Trabalho fez algum projeto da estrutura dos
533 novos Colegiados. O Sr. Antônio Carlos Vieira (Museus) comunicou que foi enviado o
534 relatório do Grupo de Trabalho a todos os Srs. Conselheiros e em anexo um Termo
535 Comparativo com destaque às mudanças ocorridas em consenso. Ressaltou ainda a
536 importância de deliberação deste assunto para que o Regimento Interno do Conselho
537 Nacional de Política Cultural seja aprovado e colocado em funcionamento.
538 Questionou a Sra. Patrícia Canetti (Artes Visuais) se a discussão seria realizada na
539 reunião de outubro. Sendo imediatamente esclarecida pelo Sr. Antônio Carlos Vieira
540 (Museus) que essa teria sido a proposta do Sr. Oséas Borba Neto (Tetro) corroborada,
541 consentindo a sua assinatura no documento. Por uma questão de ordem, o Sr.
542 Gustavo Vidigal (MinC) interrompeu as intervenções simultâneas para lembrar que
543 no momento está sendo votada a retirada ou não do assunto de pauta. Com a palavra,
544 a Sra. Patrícia Canetti (Artes Digitais) colocou três pontos de relevância importância
545 em seu ponto de vista. Primeiro que o assunto tem que passar pela reunião dos
546 colegiados. Segundo, que seja inserido a questão de como se dá a criação de novos
547 colegiados, pois o texto está omissivo em relação a isso. Terceiro, é que na mudança
548 proposta as câmaras permanecerão até 2009, e se posicionou contra essa situação
549 por acreditar ser necessário que elas fossem mudadas. Ainda sobre o assunto, o Sr.
550 Oséas Borba Neto (Teatro) aludiu que foi dito no Conselho Nacional de Política
551 Cultural, que as câmaras terminariam em julho 2008, e os conselheiros que foram
552 eleitos para um mandato de dois anos permaneceriam até novembro de 2009. E na
553 reunião passada foi sugerido que as câmaras fossem com o mandato igual ao do
554 Conselho. Colocou enfaticamente que foi contra porque para que qualquer trabalho
555 tenha continuidade, se faz uma mudança nas câmaras ou em 2008 ou no início de
556 2009 porque das representações estaduais ainda tem conselheiro em final de
557 mandato, para repassar esse trabalho para aquelas câmaras, e ser dado uma

558 continuidade. O ideal seria terminar o mandato e representação estadual das câmaras
559 no mesmo período e começar tudo da estaca zero. Solicitou a palavra o Sr. Amilson
560 Godoy (Música Erudita) fez uma observação, que normalmente os tópicos do
561 Regimento Interno são determinações que aconteceram no passado, que ainda
562 persistem e vão persistindo ao longo do tempo. Diante disto, indagou a respeito do
563 artigo 19 em que diz que a participação dos membros do Conselho Nacional de
564 Política Cultural – CNPC é considerada prestação de serviço de relevante interesse
565 público, não sendo remunerada. Destacou então que isso foi uma determinação que
566 aconteceu em algum momento e sugeriu que se pesquisasse para ver em qual
567 momento isso aconteceu, e se os motivos que levaram a esta determinação ainda
568 persistem. Ainda sobre o assunto, colocou que se o Conselho faz uma prestação de
569 serviço de interesse público, não pode ser remunerado, mas considerando que todas
570 as prestadoras de serviço do Estado, da República, são remunerados, o Conselho
571 deveria ser. O Sr. Paulo Knauss (Arquivos), devido à insistente discussão sobre as
572 câmaras setoriais, propôs como ponto da pauta a elaboração de Regimento Interno
573 para prevenir que nos momentos de falta de consenso tenha um instrumento para
574 garantir o papel de aconselhar do CNPC. Enfatizou considerar muito importante esse
575 assunto. A Sra. Solange Lima (Audiovisual) disse que em sua opinião as câmaras
576 devem se reunir o mais rápido possível para se definir a função delas no CNPC, para
577 que se fortaleçam com a intenção de dialogar com a sociedade e assumirem a
578 responsabilidade de levar as informações discutidas no Conselho para fora e levar
579 propostas externas para o CNPC. Com a palavra, o Sr. Sílvio Da-Rin informou que
580 assumiu o Conselho Consultivo em 26 de novembro de 2007 e que ele tem funcionado
581 com relativa regularidade. Citou que essa representação procura contemplar não só
582 segmentos da cultura, mas usa também critérios de representação regional. O Exmo.
583 Ministro de Estado da Cultura, Sr. Juca Ferreira, solicitou a palavra e assumiu o fato
584 de não terem sido realizadas as reuniões das câmaras setoriais e disse que solicitou à
585 Secretaria de Políticas em nome do Ministério da Cultura executar as reuniões.
586 Colocou enfaticamente que em sua opinião as câmaras setoriais permanecerão, tendo
587 em vista que sintetizam a cultura em três dimensões: fato simbólico, direito de
588 cidadania e economia. A solicitação de retirada do tema de pauta foi submetida aos
589 Srs. Conselheiros, em regime de votação, sendo então aprovada, com as
590 ponderações feitas. IV – GRUPO DE TRABALHO: DECRETO Nº 5.520/2005. A)
591 Apresentação do relatório (composição do Plenário – art. 12). B) Debates e
592 deliberações. O Sr. Gustavo Vidigal (MinC) antecipou que esse item consiste na
593 proposta de alteração que o Conselho Nacional de Política Cultural irá fazer à Casa
594 Civil no Decreto que instituiu o CNPC. IV – GRUPO DE TRABALHO: DECRETO Nº

595 5.520/2005. A) Apresentação do relatório (composição do Plenário – art. 12). B)
596 Debates e deliberações. O Sr. Gustavo Vidigal (MinC) antecipou que esse item
597 consiste na proposta de alteração que o Conselho Nacional de Política Cultural irá
598 fazer à Casa Civil no Decreto que instituiu o CNPC. A palavra foi concedida a Sra.
599 Patrícia Canetti (Artes Digitais) para o relato da matéria. Iniciando as deliberações, no
600 item 3 – Alteração do inciso 1º, além das alterações já propostas, incluiu-se Ministério
601 da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos. No item 6 – Alteração do inciso VII do §
602 1º e mediante as ponderações feitas pelos Srs. Conselheiros foi colocado em regime
603 de votação para aprovação as cinco entidades do Estado Poder Público para
604 representação no CNPC: Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério das
605 Comunicações, Secretaria de Comunicação, Fórum dos Secretários Municipais das
606 capitais e Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura. Em seguida, foi
607 encaminhado para votação aos Srs. Conselheiros as entidades da Sociedade Civil
608 para representação, sendo então deliberados: Arquitetura e Urbanismo, Design, SBPC
609 – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, IHGB – Instituto Histórico e
610 Geográfico Brasileiro e Artesanato. E ainda com direito a voz e sem direito a voto:
611 Campo Público de TV e Rádio, Comitê Gestor de Internet, Moda e Informática. O Sr.
612 Alfredo Manevy (MinC) fez um aparte sugerindo ao Conselho que sobre os temas
613 Regionais e Imigrantes seja feita uma parceria com o IPHAN – Instituto do Patrimônio
614 Histórico e Artístico Nacional e que se faça uma discussão sobre memória. Idealizou
615 que seja o início para consolidar o Fórum Nacional das Entidades Representativas do
616 Imigrantes, a proposta foi acatada por unanimidade. Em um aparte, o Sr. Oséas Borba
617 Neto (Teatro) propôs que nas próximas reuniões ao intervirem, os Membros do CNPC
618 informem o estado de origem e a representação para maior identificação ao longo dos
619 debates. O Sr. Cesar Piva (Inclusão Social por Intermédio da Cultura) solicitou um
620 aparte para informar sobre o Encontro Nacional realizado em Garanhuns e comunicou
621 que foi deliberada uma carta sobre a cooperação internacional sobre os Pontos e
622 Cultura e também foi feito um manifesto audiovisual chamado Aquele Abraço em
623 despedida ao ex-Ministro da Cultura Gilberto Gil. Citou que foram coletados mais de
624 mil depoimentos que estão expostos no site WWW.iteia.org.br. O manifesto publicado
625 tem como meta dar continuidade à política de gestão iniciada pelo ex-Ministro. O Sr.
626 Gustavo Vidigal (MinC) agradeceu a presença de todos no primeiro dia da 3ª Reunião
627 Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e finalizou a pauta do dia
628 às vinte horas e trinta minutos. Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e oito, às
629 nove horas e vinte minutos, no Hotel Saint Peter, localizado no Setor Hoteleiro Sul,
630 Quadra dois, no Salão Alvorada, Brasília, DF, sob a presidência do Sr. Gustavo
631 Vidigal, Coordenador-Geral do CNPC, e com a presença dos conselheiros

632 anteriormente citados, acrescentando o Sr. Ildeu de Castro Moreira – Ministério da
633 Ciência e Tecnologia (MCT); e ausência dos Conselheiros Maria Cristina Maia e Mário
634 Bibich por indicação do Ministro; e Maurício Pestana – Culturas Afro-Brasileiras.
635 Estavam presentes os convidados: Antônio Ziza, Stela Adelaide Farias, Clóvis Pablo
636 Costa, Ana Paula Gummy, Luciano Guedes, Denise Velasco, Evaristo Nemes e Marla
637 Aguiar – Ministério da Cultura; Márcio Oliveira Gomes – Patrimônio e Políticas
638 Públicas; Ruth Ribeiro – Coletivo Gente Brasil; Rosa Coimbra – CNPC (suplente);
639 Luciano Guedes e Morgana Eneile – Secretaria Nacional de Cultura do PT, foram
640 retomados os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política
641 Cultural. Verificando o quórum regimental, foi declarada aberta a reunião, coordenada
642 pelo Sr. Gustavo Vidigal (MinC) destinada a apreciar assuntos pendentes do dia
643 anterior além da pauta programada. IV– GRUPO DE TRABALHO: DECRETO
644 5.520/2005. A) Apresentação do Relatório (Composição do Plenário – Art.12). B)
645 Debates e deliberações. Foi concedida a palavra a Sra. Patrícia Canetti (Artes Digitais)
646 para dar continuidade à discussão. E abriu-se a discussão para se chegar a um
647 consenso de que forma o Plenário poderia ser modificado e manter o dinamismo sem
648 depender de alteração de decreto, e que fosse possível aumentar e diminuir o número
649 de membros sempre que comprovado a necessidade. Pediu a palavra o Sr. Paulo
650 Ormino de Azevedo (Patrimônio Imaterial) que sugeriu que a alteração seja feita por
651 votação por maioria absoluta e foi incisivo ao afirmar que não poderia ocorrer por
652 maioria simples, porque é uma alteração muito importante. É preciso ter um pouco de
653 cautela. Foi deliberado que na mudança do Art. 7º - Alteração da Composição dos
654 Membros, para que se mantenha o equilíbrio da representação do Poder Público e da
655 sociedade civil, ocorra sempre em votação por meio de aprovação por maioria
656 absoluta, pelo fato de modificar o Regimento Interno. O texto final ficou redigido da
657 seguinte forma: Alterar, aumentando ou diminuindo a sua composição,
658 exclusivamente, com vistas à sua atualização e à manutenção do equilíbrio do número
659 de representantes do poder público e da sociedade civil, por meio de aprovação, por
660 maioria absoluta. Foi deliberado ainda a inclusão no Conselho Nacional de Política
661 Cultural – CNP e a Academia Brasileira de Música, com direito à voz, mas sem direito
662 a voto. ITEM 5 – TERMO DE PARCERIA MINISTÉRIO DA CULTURA E
663 CINEMATECA BRASILEIRA. O Sr. Gustavo Vidigal (MinC) esclareceu que o
664 Programa Mais Cultura estabeleceu associação com os estados, entidades e a
665 sociedade civil e que a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP
666 Sociedade Amigos da Cinemateca – SAC é a primeira parceria e o Ministério da
667 Cultura solicitou formalmente ao Conselho comentários sobre o conteúdo do Termo de
668 Parceria. Reconheceu que não houve tempo hábil para a análise do Termo de

669 Parceria disponibilizado para os membros do CNPC, no entanto ressaltou que
670 Conselho não aprova, apenas será consultado e verificado se os Srs. Conselheiros
671 estão interessados em fazer emendas. O Sr. Francisco Auto (Fórum Nacional de
672 Secretários Estaduais) manifestou a sua preocupação em relação à responsabilidade
673 do CNPC em fazer essa avaliação pelo fato de ser um documento específico e
674 essencialmente técnico. Em concordância, os Sr. Amilson Godói (Música Erudita),
675 César Piva (Inclusão Social por intermédio da Cultura), Fernando Rossetti (GIFE),
676 Dulce Lamego Silva (Dança) e Antônio Carlos Vieira (Museus) colocaram
677 enfaticamente a posição de que o Conselho Nacional de Política Cultural não está
678 apto para o julgamento do Termo de Parceria, por ser um ato político em relação à
679 primeira parceria do Mais Cultura com a sociedade civil. Os. Srs. Conselheiros
680 colocam enfaticamente que o Conselho deve se limitar a apreciar e saudar a iniciativa
681 do Governo. O Sr. Francisco Auto Filho afirmou ser necessário devido a sua posição
682 de representante dos secretários de cultura dos estados, um exame detalhado para
683 identificar porque no Termo de Parceria estão incluídos alguns estados e outros não.
684 Ressaltou o Sr. Amilson Godoy (Música Erudita) que se sente extremamente
685 incompetente para julgar o documento em questão. E destacou que não acha ser
686 necessário que seja o posicionamento do Conselho o julgamento. Fazendo uso da
687 palavra, a Sra. Solange Lima (Audiovisual) fez uma ressalva no sentido de propor um
688 diálogo entre a cinemateca, o Governo, a Programadora Brasil e a Associação
689 Brasileira de Documentaristas e Curta-metragistas – ABD na busca da identidade para
690 o audiovisual. Solicitou a palavra o Sr. Geraldo Moraes (CBDC) e colocou que a
691 multiplicação das alternativas de produção, de difusão, exibição da produção
692 independente talvez seja a atividade mais importante hoje no audiovisual no Brasil.
693 Citou ainda que a grande produção cinematografia, os dados analisados e as
694 informações acessíveis referem-se única e exclusivamente ao mercado convencional.
695 Esse mercado convencional é cada vez mais encolhido das possibilidades que estão
696 abertas para a recuperação dos 85% da população brasileira que não tem acesso ao
697 shopping. É exatamente nessa população que o cinema brasileiro está recebendo
698 espaço. Destacou que é fundamental o trabalho que vem sendo feito pela ABD na
699 medida em que ela é uma entidade nacional e que congrega justamente a maior
700 quantidade dos realizadores desse novo cinema que está aparecendo, desse novo
701 audiovisual com a tecnologia digital especialmente. Sugeriu que haja entrosamento
702 entre o Plano de Trabalho proposto e os projetos da ABD e a Programadora Brasil
703 para que não corra o risco de se dispensar recursos. Confirmou que o objetivo é
704 maximizar para evitar que se tenha três ou quatro projetos fazendo a mesma coisa.
705 Nada mais lógico e mais recomendável do que se somar esforços e se procurar

706 coagular tudo. O Sr. Paulo Ormino (Patrimônio Imaterial) citou a necessidade de uma
707 consultoria jurídica do Ministério da Cultura para analisar aspectos relevantes do
708 Termo e propôs que seja enviado o processo a um relator para depois colocar em
709 votação. Em breve intervenção, o Sr. Francisco Auto Filho (Fórum Nacional de
710 Secretários Estaduais) rememorou que o objeto do Termo de Parceria colocado para
711 análise envolve oito ações. A Sra. Patrícia Canetti (Artes Digitais) comentou que no
712 Termo de Parceria são destinados R\$10 mil reais para a produção do site. E chamou
713 atenção dos governos municipais, estaduais e federais, em relação à qualidade os
714 sites brasileiros que são aquém dos trabalhos feitos hoje na área privada e no mundo.
715 Registrou que em um projeto que uma das vertentes é a questão da difusão, é acesso
716 ao acervo, mapeamento e acesso às informações, seria necessário incentivo do
717 Governo. No entanto, concordou que o valor mencionado é relevante. Na continuação,
718 pediu esclarecimentos o Sr. Alberto Ferreira (Andifes) se o Termo de Parceria prevê
719 termos aditivos. Colocou também que a cláusula quarta do documento cita vários
720 pontos sobre recursos financeiros do Termo de Parceria, sendo assim, indagou a
721 necessidade de constar algum item falando sobre o aproveitamento dos equipamentos
722 utilizados ao término do evento. Colocou que em sua opinião eles não podem ficar
723 para a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, eles têm que
724 ser doados para uma instituição pública. Sugeriu o Sr. Alberto Ferreira (Andifes) que
725 tendo em vista que o Termo de Parceria será analisado pelo CNPC que então o
726 representante do audiovisual do Conselho se faça presente na Comissão de Avaliação
727 no momento de elaboração do Termo. O Sr. Gustavo Vidigal (MinC) registrou as
728 observações feitas e relembrou que a intenção de consultar o Conselho Nacional de
729 Política de Cultura é justamente acatar sugestões. O Sr. Alfredo Manevy (MinC)
730 elucidou que a função do CNPC é fazer uma consulta no sentido de qualificação do
731 conteúdo do Termo de Parceria que virá como termo estrutural nas políticas públicas.
732 Informou que na legislação das OSCIPs consta uma recomendação de que os
733 conselhos sejam órgãos de consulta. Propôs ainda que pelo fato de o Termo de
734 Parceria em questão ser o documento que dará vazão à implementação o Programa
735 Mais Cultura que fosse aprovado o documento e que a partir dos próximos sejam
736 acatadas as sugestões apontadas pelos Srs. Conselheiros. Em contradição e
737 concordando com o Srs. Conselheiros já citados, o Sr. Francisco Auto (Fórum
738 Nacional dos Secretários Estaduais) foi enfático ao colocar que o assunto deva ser
739 tirado de pauta por falta de competência técnica dos membros em analisá-lo e colocar
740 juízo de valor. Em razão das ponderações feitas, foi deliberado que o Conselho
741 Nacional de Política Cultural – CNPC não se sente apto a fazer comentários do
742 documento sob o ponto de vista técnico e jurídico, ou seja, a análise pormenorizada do

743 Termo de Parceria. Considerando ser esta a primeira análise de tamanha relevância
744 feita por esta instância, o Conselho deliberou que alguns pontos precisam ser
745 apreciados: valor baixo do site; tempo suficiente para analisar as propostas;
746 constituição de relatoria ou comissão técnica específica para analisar essa questão;
747 uma vez que o projeto seja finalizado os bens precisam retornar ao Poder Público; a
748 comissão de acompanhamento do Termo de Parceria deve incluir uma pessoa do
749 Ministério da Cultura; a importância do Termo de Parceria preservar, divulgar e apoiar a
750 memória; e incluir parecer da CONJUR – Consultora Jurídica do Ministério da Cultura
751 no Termo de análise. Passada a palavra ao Sr. Paulo Knauss (Arquivos) felicitou a
752 magnitude do projeto Mais Cultura e o fato de ele articular preservação, produção e
753 difusão. Enfatizou a importância dos programas públicos de cultura encadear as três
754 dimensões. Solicitou esclarecimento a Sra. Dulce Lamego (Dança) qual o artigo da
755 legislação da OSCIP expõe sobre a função do Conselho no caso das parcerias. Sendo
756 imediatamente esclarecida pelo Sr. Gustavo Vidigal (MinC) que na Celebração do
757 Termo de Parceria menciona que será precedida de consulta aos conselhos de
758 políticas públicas das áreas correspondentes nos repetíveis níveis as parcerias
759 realizadas. O Sr. Francisco Auto Filho (Fórum Nacional de Secretários Estaduais)
760 colaborou dizendo que a consulta feita aos conselhos nos termos da Lei nº 9.790/99
761 (Lei das OSCIPs), o conselho vota. Ele aprova ou não o projeto. A lei estabelece que o
762 Poder Público só pode fazer Termo de Parceria depois de submeter ao Conselho de
763 política pública específica o projeto para aprovação. Propôs ainda confeccionar um
764 parecer da procuradoria jurídica do Ministério que seria um documento fundamental
765 para informar a tomada de posição do Conselho Nacional de Política Cultural. Em
766 concordância com os demais Conselheiros, o Sr. Antônio Carlos Vieira (Museus)
767 ratificou que o Conselho não pode assumir a responsabilidade de análise do Termo de
768 Parceria e apontou como um dos motivos o fato de o CNPC se reunir a cada três
769 meses, o que provoca uma descontinuidade e irregularidade para o tipo de julgamento
770 que um processo dessa amplitude exige. Com a palavra, o Sr. Ignácio José Kornowski
771 (Confederação Nacional dos Municípios) tecendo considerações relativas ao assunto
772 colocou ser correto nomear um relator ou dois ou três componentes que entendam do
773 assunto que divulguem o conteúdo aos Srs. Conselheiros para que em seguida façam
774 a avaliação sem juízo, baseado sempre na relatoria. Em aparte, o Sr. Francisco Auto
775 Filho (Fórum Nacional de Secretários Estaduais) explicou que pela nova lei do Código
776 Civil há responsabilidade solidária, toda a cadeia de decisões está sujeita à
777 punibilidade. Então se o CNPC der um parecer o Conselho pode ser chamado à
778 colação. Diante das informações dadas, O Sr. Luis Roberto de Oliveira (Entidades e
779 Pesquisa) concluiu que o Conselho Nacional de Política Cultural está sendo

780 consultado pela legislação, contudo não está definido qual é o escopo dessa consulta
781 e quais são os atributos que devem ser avaliados pelo Conselho. Colocou que em sua
782 opinião é razoável que sejam observadas três propriedades: a relevância da ação, a
783 magnitude e a abrangência. Rememorou ainda que existe um órgão do Executivo que
784 pode ser responsável pela parte técnica e outro pela parte jurídica. Sendo assim,
785 enfatizou que com relação a qualquer impropriedade técnica ou jurídica não precisaria
786 o Conselho, mas qualquer cidadão uma vez detectado uma irregularidade, manifestar
787 uma denúncia em qualquer instância junto ao Ministério, junto à ouvidoria da
788 Presidência. Em tom de manifestação, o Sr. Otávio Cardoso Alves Velho (SBPC) e
789 tendo em vista a extensa discussão fez um apelo para que fosse organizada a pauta
790 para melhor aproveitarmos da reunião. O Sr. Álvaro Godói (Sistema Sesc) foi
791 categórico ao afirmar que o CNPC almeja mais do que dar opiniões gerais e colocou
792 que com prudência e responsabilidade o Conselho pode ser mais do que apenas um
793 bom senso. Em concordância, se manifestou o Sr. Sílvio Da-Rin, que esclareceu que o
794 fato de o Termo de Parceria ter sido colocado à consulta se dá em grande parte pelo
795 fato de que a Sociedade Amigos da Cinemateca – SAC com quem Ministério da
796 Cultura está fazendo Parceria mudou o Regime Jurídico e passou a ser uma
797 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. Para finalizar, fez um
798 apelo ao Conselho Nacional de Políticas de Previdência Social, no sentido de que
799 examine o projeto nos seus aspectos essenciais, porque de outro modo o CNPS
800 estaria dividindo a responsabilidade com a paralisação dos programas. O Sr. Gustavo
801 Vidigal (MinC) reiterou que a coordenação não quer prejudicar a pauta do Conselho. E
802 reafirmou ser fundamental ter na próxima reunião a presença da Consultoria Jurídica –
803 CONJUR. A Sra. Solange Lima (Audiovisual) relatou a sua preocupação no que diz
804 respeito ao Orçamento, e propôs serem realizadas parcerias com entidades e com
805 autarquias que estejam nos estados. Concluiu a intervenção explanando que
806 cinemateca é a guardiã do DNA do cinema brasileiro, é o negativo e que se trabalha
807 com digital para pulverizar a informação. Com a palavra, o Sr. João Roberto Costa do
808 Nascimento (Frente Nacional dos Prefeitos) justificou que na medida em que o
809 Conselho protela a questão discutida, e na prática uma possível a paralisação do
810 programa, isso vai ter uma repercussão no meio cultural muito ruim para o Conselho
811 Nacional de Política Cultural porque ficará visto como o órgão que dificultou as ações
812 do Ministério da Cultura. Ressaltou que todos os outros pontos de pauta deveriam ser
813 enviados ao Srs. Conselheiros previamente, um documento do Ministério da Cultura
814 com os prováveis temas a serem abordados na reunião, pois devido o reduzido tempo
815 das reuniões seria fundamental um reconhecimento prévio dos assuntos. Assim
816 facilitaria a organização e otimizaria o tempo, tendo em vista o surgimento de matérias

817 extrapautas. Em sua intervenção, a Sr. Carolina J. Campos (Ministério do Turismo)
818 apontou que seria essencial fazer uma consulta à Assessoria Jurídica do Ministério da
819 Cultura para definir exatamente até onde vai a competência do CNPC em relação a
820 essa análise do Termo de Parceria. Sugeriu que esse parecer seja enviado
821 antecipadamente à próxima reunião ou até mesmo que seja convidado um
822 representante da Assessoria para esclarecer essa questão. Colocou ainda que na
823 defesa do projeto, do Termo de Parceria, o Conselho possa contar com a presença de
824 um técnico que tenha avaliado o Termo para que ele faça a sua defesa e identifique o
825 motivo pela qual determinada OSCIP foi escolhida. Em concordância com esta
826 posição, se manifestou o Sr. Antônio Carlos Vieira (Museus). Foram feitos dois
827 encaminhamentos, o primeiro pelo Conselheiro Sr. André Lázaro (MEC) de emitir uma
828 manifestação genérica que problematize e apresentar que não está previsto no
829 Regimento Interno o juízo de o Conselho abordar e fiscalizar o assunto. Segundo, do
830 Conselheiro Sr. Francisco Auto (Fórum Nacional dos Secretários Estaduais) para
831 repelir qualquer responsabilidade do Conselho em relação a Termo de Referência
832 Ponderando as considerações feitas ao longo da discussão, elaborou-se a seguinte
833 moção "O CNPC está a manifestar-se sobre o Termo de Parceria com a OSCIP
834 Sociedade de Amigos da Cinemateca Brasileira – SAC e adota as seguintes
835 recomendações: 1. Recomenda a parceria com a OSCIP – SAC e destaca a
836 relevância do objeto e das linhas de ação do Plano de Trabalho; 2. Na medida em que
837 não teve tempo nem condições para análise técnica, e financeira e jurídica de todos os
838 elementos do Termo de Parceria remete aos órgãos competentes do MinC para a
839 devida análise dessas dimensões; 3. Recomenda a Coordenação-Geral este Conselho
840 a adoção de providências visando criar as condições institucionais para o cumprimento
841 das atribuições previstas na lei das OSCIPs de modo a evitar a burocratização das
842 finalidades e dos procedimentos do Conselho", que foi submetido à votação pelo Srs.
843 Conselheiros e aprovada. Demonstrou preocupação, o Sr. Antônio Carlos Vieira
844 (Museus) em relação ao artigo 11, que diz respeito à fiscalização e o artigo 1º sobre
845 responsabilidade, ambos da Lei nº 9.790/1999 (Lei das OSCIPs) principalmente no
846 parágrafo 1º do último artigo citado onde diz que a execução do Termo de Parceria
847 será fiscalizado por área do Poder Público de atuação correspondente à atividade
848 fomentada e pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes e
849 atuação existente em cada nível de governo. O Sr. Roberto Nascimento (MinC) pediu
850 um aparte e comunicou que no dia 2 de agosto é a previsão de publicação da Portaria
851 do Ministério da Cultura convocando as entidades culturais para o processo de
852 recomposição da CNIC – Comissão Nacional de Incentivo à Cultura. Corroborou que a
853 convocatória já havia sido realizada no primeiro semestre de 2008 e foram recebidas

854 várias inscrições, porém não houve capacidade de habilitar todas as instituições para
855 concorrerem a esse novo mandato da Comissão e que por esse motivo está sendo
856 republicada. Comunicou que da data inicial a contar 45 dias será o prazo para
857 inscrição. Informou ainda que as instituições já inscritas para a primeira chamada
858 serão consultadas sobre o interesse em concorrer neste novo momento e na eventual
859 falta da documentação exigida serão direcionadas a complementar a documentação.
860 Somente a falta da representação nacional impedirá instituição inscrita participar.
861 Colocou que maiores informações podem ser obtidas no site WWW.cultura.gov.br. VII
862 – PAINEL “INCENTIVOS FISCAIS E LEI ROUANET”. VII – PAINEL “INCENTIVOS
863 FISCAIS E LEI ROUANET”. Com a palavra, o Sr. Roberto Nascimento (MinC) iniciou o
864 relato sobre a matéria de pauta. Discursou sobre o modelo de financiamento do
865 Estado para a Cultura, destacando que o Orçamento atual é insuficiente para a
866 demanda imposta pela sociedade e também os desafios e metas que o Ministério da
867 Cultura se colocou. Mencionou o surgimento do PRONAC – Programa Nacional de
868 Apoio à Cultura como auxílio para o Orçamento e que tem como objetivo unir: iniciativa
869 privada no fomento à cultura; o Fundo Nacional de Cultura; e o FICART – Fundo de
870 investimento Cultural e Artístico, este ineficiente. Ressaltou ainda a necessidade de
871 uma mudança de visão da sociedade e do Governo no atendimento às diferentes
872 matizes de ações culturais e perfis diferenciados dessas ações. Chamou a atenção
873 pelo fato de que uma das premissas da Lei Rouanet é a tentativa de uma parceria
874 público-privada. Apresentou algumas alternativas para melhorar o sistema de incentivo
875 fiscal, tais como: melhoria dos recursos para as políticas públicas; ampliação de
876 acessos aos recursos por meio de mecanismos diferenciados e integrados; maior
877 adaptabilidade à dinâmica dos segmentos culturais; maior governabilidade,
878 transparência e controle social do modelo de financiamento do Estado brasileiro; e
879 modernização da gestão, do incentivo e do financiamento. Destacou que no modelo
880 atual, um dos grandes problemas é a falta de isonomia entre as regras de negócios
881 para cada mecanismo, sendo que qualquer ONG, prefeitura ou OSCIP que seja objeto
882 de um convênio para acessar recursos de FNC – Financiamento Nacional de Cultura,
883 pressupõe uma contrapartida financeira mínima de 20% do valor total do convênio. O
884 Sr. Roberto Nascimento (MinC) informou aos Srs. Conselheiros que irá fornecer um
885 resumo do Painel exposto tendo em vista a relevância do assunto colocado. Na
886 coordenação dos trabalhos, o Sr. Alfredo Manevy (MinC) passou a palavra aos
887 presentes para intervenções. A Sra. Patricia Canetti (Artes Visuais) colocou a sua
888 preocupação com o fato de o Governo estar mais interessado nele próprio do que na
889 sociedade que usa a Lei Rouanet. Pediu a palavra a Sra. Solange Lima (Audiovisual)
890 relatou a sua preocupação o que diz respeito à economia. Justificando ser necessário

891 pensar na economia de cada segmento, fazer o levantamento de como a economia é
892 gerida e como a verba é captada pelos estados. Colocou também que o Governo
893 deveria fazer uma pesquisa de conhecimento, para ter ciência do número de projetos
894 inscrito no Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC em cada setor e a verba
895 que será necessária. O Sr. João Roberto Costa do Nascimento (Frente Nacional de
896 Prefeitos) levantou a questão em relação ao anúncio público e quando o projeto será
897 enviado para a Câmara e qual seria o remanejamento no sentido de um equilíbrio
898 entre o Orçamento e os recursos do Fundo Nacional e Cultura e o incentivo fiscal.
899 Com a palavra, o Sr. Paulo Ormino (Patrimônio Imaterial) colocou que em sua
900 opinião deve-se trabalhar o campo da criação e o da memória com mecanismos
901 diversificados. Mencionou a atual confusão existente entre projeto e produção do
902 evento, o que causa que algumas apresentações transcendem a proposta de projeto
903 quando se quer a autorização do detentor dos direitos autorais. Em breve intervenção,
904 o Sr. Amilson Godoy (Música Erudita) indagou sobre a mudança pleiteada no artigo 18
905 da Lei Rouanet e comentou que como proponente reconhece estar se cometendo um
906 equívoco nas exigências quando se apresenta um projeto porque não está sendo
907 distinguido o que é um projeto, o que é a produção do evento. Em sua opinião,
908 ressaltou que o projeto é uma idéia que se torna concreta a partir do momento que se
909 consegue um patrocínio para o mesmo. Entendemos que algumas solicitações
910 transcendem o que seria proposta de um projeto quando se pede para apresentar a
911 autorização do detentor dos direitos autorais. Retomando a palavra, o Sr. Roberto
912 Nascimento (MinC) fez breves esclarecimento às considerações dos Srs.
913 Conselheiros, dentre os quais a conquista de mobilizar para a cultura algo em torno de
914 1 bilhão 300 milhões de reais. Reconheceu que algumas questões envolvendo o
915 Ministério da Cultura e a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC têm que
916 ser revisadas e flexibilizadas. Em relação aos recursos financeiros, registrou que o
917 Ministério da Cultura tem total consciência de que não vai ter condição de
918 operacionalizar uma ampliação de recursos e uma gestão efetiva eficiente e eficaz do
919 extenso volume discutido sem a efetiva participação de governos estaduais e
920 municipais, porém é fundamental que os governos estaduais e municipais também se
921 organizem através de fundos, através de conselhos estaduais e municipais para poder
922 exatamente replicar o modelo de transparência almejado. Ainda com a palavra,
923 informou que a CNIC participa do Banco Nacional de Crédito – BNC e da elaboração
924 das diretrizes, mas é necessário que exista colaboração a ser feita por prefeituras e
925 governos estaduais com relação à gestão democrática da política para a cultura nos
926 territórios brasileiros. Fazendo um esclarecimento a respeito do artigo 18 da Lei
927 Rouanet, confirmou que ele estabelece a renúncia de 100%. E que está se mantendo

928 a renúncia de 30 a 100%. Enfatizou que o cerne da questão é como se dá o
929 enquadramento dessa renúncia. Concluiu-se que não deva ser apenas a linguagem o
930 fator determinante para definir de que forma o percentual será de enquadramento de
931 renúncia. Com a devida vênia dos membros da reunião o Sr. Gustavo Vidigal (MinC)
932 aproveitou a pausa na discussão sobre o Painel "Incentivos Fiscais e Lei Rouanet",
933 devido à rápida ausência do relator, para ler a Recomendação feita sobre o Termo de
934 Parceria, que foi acordada por todos os participantes e produzida em congruência com
935 as considerações feitas anteriormente. Voltando ao assunto de pauta, o Sr. Paulo
936 Knauss (Arquivos) colocou enfaticamente que em sua opinião há necessidade de que
937 qualquer dimensão ou redirecionamento de Políticas no Plano Econômico da Cultura
938 passe pela manifestação do Conselho de apoiar a demanda pelo aumento do
939 Orçamento, pensamento este também dos Srs. Cesar Piva (Inclusão Social por
940 Intermédio da Cultura) e André Lázaro (MEC). Foi sugerido pelo Sr. Ildeu que os
941 debates mais polêmicos como o em questão ocorram em dias específicos e que sejam
942 divulgados para além do Conselho Nacional de Política Cultural por uma questão de
943 estratégia política. Fazendo uso da palavra, o Sr. Roberto Nascimento (MinC), para
944 finalizar a discussão fez efêmeros esclarecimentos. Foi feita pausa para o almoço e
945 retomando os trabalhos o Sr. Gustavo Vidigal (MinC) abordou o próximo item de
946 pauta, solicitando o Sr. Marco Souza (MinC) o relato da matéria. VIII – PALESTRA
947 "DIREITO AUTORAL". O Sr. Marco Souza, Coordenador-Geral de Direitos Autorais do
948 Ministério da Cultura, iniciou o relato fazendo uma breve introdução sobre o conceito
949 de Direito Autoral explicando que o Direito Autoral é formado pelo Direito do Autor e o
950 Direito Conexo. Em seguida fez um diagnóstico da situação dos Direitos Autorais no
951 País sendo que hoje há uma fragilidade no sistema institucional tornando incapaz de
952 atender com eficácia a seara autoral por dois motivos principais: baixa
953 institucionalização do setor autoral do Estado e um marco legal e inadequado. No
954 decorrer da explanação, colocou algumas propostas de debates relacionados com
955 diversos pontos relevantes do Direito Autoral no que diz respeito à baixa
956 institucionalização no setor autoral do Estado, tais como: gestão coletiva de direitos;
957 mediação de conflitos e arbitragem; domínio público; registro; dados fiscais e royalties;
958 estrutura organizacional; e expertise estatal. Na seqüência, teceu considerações ao
959 marco legal inadequado propondo debates nos temas pontuados da seguinte ordem:
960 papel do Estado; dispositivos e definições; ambiente digital; interesse público x
961 interesse privado; licenciamento compulsório; obras sob encomenda, na prestação do
962 serviço e sob contrato laboral; obras financiadas com dinheiro público; investidores x
963 criadores; e obras audiovisuais. Para finalizar, ressaltou que para o aumento da
964 capacidade institucional do setor autoral do Estado está sendo elaborado o Programa

965 de Fortalecimento Institucional que visa às medidas de inserção do Direito Autoral no
966 Plano Plurianual – PPA e na Lei Orçamentária Anual – LOA 2008, a criação de uma
967 Diretoria de propriedade Intelectual ligada à SPC e além da criação de uma instituição
968 vinculada. Devido ao esvaziamento do Plenário, e com a devida licença dos Srs.
969 Conselheiros, o Sr. João Roberto do Nascimento (Frente Nacional de Prefeitos) fez um
970 aparte e propôs como ponto de pauta para a próxima reunião do Conselho um Painel
971 sobre o Sistema Nacional de Cultura. Sugeriu que fossem convidados o Exmo.
972 Deputado Sr. Paulo Pimenta, autor da PEC nº 4.016/2005, que já foi aprovada na
973 Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o Ministério da Educação e o
974 Ministério da Cultura. O Sr. Gustavo Vidigal (MinC) expôs a sua preocupação em
975 relação ao excesso de assuntos deliberados para a pauta da 4ª Reunião Ordinária e
976 rememorou aos Srs. Conselheiros que já consta em pauta: Grupo de Trabalho da Lei
977 Rouanet; Consultoria Jurídica para discursar sobre os acordos de cooperação; e
978 Colegiado Setorial, para tanto se faz necessário rever e propor um nova data para o
979 cumprimento do assunto sugerido. Retomando o assunto do Painel por um momento
980 interrompido, o Sr. Ignácio Kornowski (Confederação Nacional dos Municípios)
981 parabenizou pela detalhada apresentação e narrou que no decorrer de todo o período
982 que está envolvido com a Cultura teve alguns problemas com o Escritório Central de
983 Arrecadação e Distribuição – ECAD pelo fato de ter sido ameaçado de pagar Direitos
984 Autorais por serviços como recuperação de músicas antigas adaptadas que devem ser
985 pago na verdade ao ECAD. Passada a palavra ao Sr. Alfredo Manevy (MinC) ressaltou
986 que a discussão sobre o Direito Autoral dá substância para a afirmação da economia
987 da cultura como um território fundamental de atuação de política de cultura no Brasil.
988 Rememorou que tem se falado cada dia mais sobre a economia da cultura, sobre a
989 necessidade de reconhecer e incorporar essa economia no projeto de
990 desenvolvimento, no entanto afirmou ser um discurso vago, genérico e retórico em
991 alguns momentos e que é necessário reiniciar a discussão com toda técnica e a
992 complexidade que ela tem tendo em vista a inviabilidade de uma abordagem
993 infundada e superficial do tema que diz respeito a todos os setores. Citou também que
994 a questão da economia da Cultura não é efetivamente tratada pela política cultural,
995 mas tem no Direito Autoral a sua base de sustentação e a sua legislação reguladora
996 fundamental. Fazendo uma parte, o Sr. Oséas Borba (Teatro) solicitou ao
997 coordenador-geral do CNPC que os arquivos relacionados às exposições feitas na 3ª
998 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural sejam encaminhados via
999 correio eletrônico para os Srs. Conselheiros. Com a palavra, o Sr. Vitorino Chermont
1000 (IHGB) colocou que o Pen Clube do Brasil (Centro Brasileiro da Associação Mundial
1001 dos Escritores) pode ser de grande valia para o CNPC no sentido de contribuição para

1002 a revisão do Direito Autoral. O Sr. Paulo Ormino (Patrimônio Imaterial) questionou
1003 sobre a compatibilização da legislação nacional com convênios internacionais. Em
1004 seguida pediu esclarecimentos sobre a autoria moral no que diz respeito ao plágio. A
1005 Sra. Patrícia Canetti (Artes Digitais) sugeriu que fossem abordadas questões
1006 específicas sobre o Direito Autoral em cada área que tem assento no Conselho.
1007 Novamente com a palavra, o Sr. Oséas Borba (Teatro) mencionou a possível
1008 relevância da colaboração da Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes –
1009 ABRATES e da Fundação Perseu Abramo nas questões discutidas sobre o Direito
1010 Autoral. Após ouvir vários pontos de grande relevância e serem debatidas as idéias
1011 significativas sobre o Direito Autoral, o Sr. Marcos Souza (Coordenador-Geral de
1012 Direitos Autorais do Ministério da Cultura) teceu esclarecimentos fundamentais,
1013 divulgou o endereço do correio eletrônico direito.autoral@minc.gov.br para possíveis
1014 informações. Para finalizar, agradeceu a oportunidade de participar da 3ª Reunião
1015 Ordinária do CNPC. Antes de encerrar foi retomado o item pendente de pauta. III –
1016 DELIBERAÇÕES: A) Aprovação da Ata a 2ª Reunião Ordinária. Passando à
1017 apreciação da Ata da 2ª Reunião Ordinária, e colocada em votação, a ata foi aprovada
1018 por unanimidade. IX – ENCAMINHAMENTOS, INFORMES E BREVES
1019 COMUNICAÇÕES. Foi deliberada a pauta da 4ª Reunião Ordinária do Conselho
1020 Nacional de Política Cultural – CNPC com os assuntos a seguir: Grupo de Trabalho da
1021 Lei Rouanet; Comissão Jurídica para discursar sobre os acordos de cooperação;
1022 Conjur para falar sobre o papel do Conselho e suas responsabilidades; Colegiado
1023 Setorial, além do pedido de pauta solicitado pelo Sr. Michel Etlin (ANEC) que será
1024 encaminhado formalmente para a coordenação do CNPC. Comunicou que a ata e a
1025 degravação serão anexadas no site do Ministério da Cultura no final do mês de
1026 setembro de 2008. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Coordenador agradeceu a
1027 presença de todos, desejando-lhes um bom retorno às suas casas, e declarou
1028 encerrada a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural. Para
1029 contar, eu Gustavo Vidigal, Coordenador-Geral do CNPC, lavrei a presente ata.
1030 Brasília, 20 de agosto de 2008. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX